

HABEAS CORPUS Nº 478.300 - GO (2018/0297621-6)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : **DANILO DE REZENDE NUNES E OUTRO**
ADVOGADOS : **FLÁVIO DIVINO DA SILVA - GO036306**
 DANILO DE REZENDE NUNES - GO0036362
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS**
PACIENTE : **ANDREZA ESTEVAO BERNARDO (PRESO)**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de ANDREZA ESTEVAO BERNARDO, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, proferido no julgamento do HC n. 5427826-92.2018.8.09.0000.

Consta dos autos que a paciente foi presa em flagrante e denunciada por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 33 da Lei n. 11.343/2006 (tráfico de drogas).

A custódia cautelar foi convertida em prisão domiciliar pelo Juízo de primeiro grau, conforme decisão de fls. 93/97.

Após a revogação da prisão do corrêu a paciente requereu a extensão do benefício, tendo o pedido sido indeferido, nos termos da decisão de fls. 165/167.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem em acórdão assim ementado (fl. 60):

HABEAS CORPUS. CRIME DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES. ISONOMIA BENEFÍCIOS DE SOLTURA. CORRÉU SOLTO. Não merece acolhimento o pleito de soltura da paciente em isonomia de tratamento com o corrêu, vez que, embora presos juntos por suposta prática do crime de tráfico, a liberdade foi concedida ao corrêu por motivos de caráter pessoal, não podendo se falar, portanto, em identidade de situações a respaldar extensão de benefício concedido ao corrêu – tratam-se de situações distintas. HABEAS CORPUS CONHECIDO EM PARTE, ORDEM DENEGADA.

No presente *mandamus*, reitera o impetrante as alegações de que a paciente encontra-se em total similitude fática com a situação do corrêu e de excesso de prazo na formação da culpa.

Superior Tribunal de Justiça

Pretende, em sede liminar e no mérito, a revogação da prisão domiciliar imposta à paciente.

O pedido de liminar foi indeferido (fls. 183/184). As informações foram prestadas pelas instâncias ordinárias (fls. 190/193 e 213/225).

O Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem (fls. 200/204).

É o relatório.

Decido.

O presente *habeas corpus* encontra-se prejudicado.

Isso porque, em contato telefônico com escrivão da 2ª Vara da Comarca Criminal de Aparecida de Goiânia/GO, foi informado que em 26/08/2019 o MM. Juiz de Direito expediu alvará de soltura (n. 190877434) em favor da ora paciente – ANDREZA ESTEVAO BERNARDO, nos autos da ação penal n. 67251-49.2018, que aqui se trata.

Assim, diante do novo contexto fático, evidente a perda do objeto da presente impetração nesta Corte.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, XI, do Regimento Interno desta Corte, julgo prejudicado o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator